O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, com base no art. 41, inciso X, alínea "b", do Regulamento da Secretaria, e considerando o contido no Processo Administrativo eletrônico 003264/2025,

RESOLVE:

Art. 1º Ficam delegadas ao titular da Secretaria de Gestão de Pessoas as competências previstas no anexo desta portaria, relativas aos servidores do Supremo Tribunal Federal.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO S. TOLEDO

ANEXO

(Portaria GDG Nº 51, DE 09 DE ABRIL DE 2025)

	COMPETÊNCIA DELEGADA	COMPETÊNCIA ORIGINÁRIA DO DG	EXCEÇÕES (COMPETÊNCIAS NÃO DELEGADAS)
1	conceder aos servidores e interromper, a pedido ou no interesse do serviço, as licenças previstas em lei	Art. 41, X, e, do Regulamento da Secretaria	Concessão de licença para tratar de interesses particulares
2	autorizar o exercício provisório por motivo de acompanhamento do cônjuge ou companheiro	Art. 41, X, f, do Regulamento da Secretaria	
3	conceder indenizações, gratificações, adicionais e outras vantagens previstas em lei ou regulamento	Art. 41, X, g, do Regulamento da Secretaria	
4	conceder abono de permanência	Art. 41, X, h, do Regulamento da Secretaria	
5	declarar o valor do Benefício Especial previsto no § 1º do artigo 3º da Lei nº 12.618/2012	Art. 41, X, i, do Regulamento da Secretaria	
6	conceder ajuda de custo e auxílio-moradia	Art. 41, X, k, do Regulamento da Secretaria	
7	cancelar os registros de penalidades de advertência e de suspensão, observado o disposto no inciso anterior	Art. 41, X, n, do Regulamento da Secretaria	
8	homologar o resultado final de avaliação de desempenho de servidores em estágio probatório, assim como proferir decisão final, em grau de recurso, sobre as questões suscitadas no processo	Art. 41, X, p, do Regulamento da Secretaria e art. 23 da IN 227/2018	
9	conceder movimentação de padrão aos servidores	Art. 41, X, z, do Regulamento da Secretaria	
10	determinar a suspensão do pagamento de aposentado ou pensionista que não realizar o recadastramento no prazo estipulado em regulamento próprio, bem como restabelecê-lo, após a regularização da situação	Art. 41, X, cc, do Regulamento da Secretaria	
11	designar o representante dos servidores e seu suplente, escolhidos mediante eleição direta promovida pela SGP, para o Conselho Deliberativo do STF-Med	Art. 41, X, gg, do Regulamento da Secretaria	
12	autorizar a abertura de folha de pagamento suplementar	Art. 41, X, kk, do Regulamento da Secretaria	
13	autorizar a participação em eventos internos, internos específicos e externos com ônus para o Tribunal	Art. 41, X, ll, do Regulamento da Secretaria	Autorizar a participação em eventos fora de Brasília
14	autorizar descontos facultativos não elencados expressamente no normativo que trata de consignação em pagamento	Art. 5º, XI, da IN 257/2021	
15	homologar o resultado final do estágio probatório	Art. 23 da IN 227/2018	
16	decidir, no prazo de 15 (quinze) dias, recurso contra decisão da Comissão de Avaliação de Desempenho - CADEP	Art. 40 da IN 227/2018	

Publicada no DJE/STF
em 14/4/2025.

Este texto não substitui a publicação oficial.